



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO
DE PREÇOS Nº 028/2019**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS.

ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS - As propostas iniciais deverão ser encaminhadas, conforme modelo de **PROPOSTA DETALHE - ANEXO II**, exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: www.compras.rj.gov.br

IMPORTANTE	
Encerramento de Recebimento das Propostas até:	15/10/2019 às 14 horas no endereço acima.
Data da Abertura da Sessão:	15/10/2019 às 14 horas no endereço acima.
Data do Início da Disputa de Preços:	15/10/2019 às 14 horas e 05 min. no endereço acima.
Tempo de Disputa:	Determinado pelo pregoeiro durante a disputa.
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO

DE PREÇOS N. 028/2019

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO
2.	DO OBJETO
3.	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
4.	DA ABERTURA
5.	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
6.	TIPO DE LICITAÇÃO
7.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
8.	CREDENCIAMENTO
9.	CONEXÃO COM O SISTEMA E ENVIO DAS PROPOSTAS
10.	DA PROPOSTA DE PREÇOS
11.	ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
12.	JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
13.	DO CADASTRO DE RESERVA
14.	DOS DOCUMENTOS A SEREM ENCAMINHADOS PELO LICITANTE DETENTOR DA MELHOR PROPOSTA
15.	DA HABILITAÇÃO
16.	DAS AMOSTRAS
17.	DOS RECURSOS
18.	DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E LAVRATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
19.	DA CONTRATAÇÃO
20.	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
21.	CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
22.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
23.	ACEITAÇÃO DO OBJETO DA ATA
24.	DISPOSIÇÕES GERAIS



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO
DE PREÇOS Nº 028/2019
AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS**

1. INTRODUÇÃO

1.1 A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DPRJ, inscrita no CNPJ sob o nº 31.443.526/0001-70, com sede na Av. Marechal Câmara, 314 – Centro – Rio de Janeiro/RJ, torna público que, devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesa, Secretário de Infraestrutura, **DR. ALEXANDRE DE CARVALHO RODRIGUES ROMO**, na forma do disposto no processo administrativo nº E-20/001.010386/2018, no dia, hora e local indicados no item 4 deste Edital, será realizada licitação para **REGISTRO DE PREÇOS** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE** que será regida pelas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520, de 17 de julho de 2002, pelos Decretos Estaduais nºs 31.863 e 31.864, ambos de 16 de setembro de 2002, pelo Decreto nº 44.857, de 27 de junho de 2014, pela Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pelo Decreto Estadual nº 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, pela Resolução SEPLAG nº 429, de 11 de janeiro de 2011, demais Resoluções editadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

1.2 A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, no dia e hora indicados no item 4 deste Edital e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

1.3 As retificações deste Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.4 O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 1 resma de papel branco, A-4, 210 X 297mm, na Av. Marechal Câmara, nº 314, 3º andar – Centro/Rio de Janeiro.

1.5 Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste Edital ou interpretação de quaisquer de seus dispositivos em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, por escrito, no endereço indicado no item 1.4, de 11 horas até 16 horas, ou, ainda, mediante confirmação de recebimento, por meio do correio eletrônico licitacao.dperj@gmail.com, até as 17 horas do último dia do prazo referido.

1.5.1 Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas.

1.6 Os interessados poderão formular impugnações ao Edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, por escrito, no endereço indicado no item 1.4, de 11 horas até 16 horas, ou, ainda, mediante confirmação de recebimento, por meio do correio eletrônico licitacao.dperj@gmail.com, até as 17 horas do último dia do prazo referido.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1.6.1 Caberá ao Secretário de Infraestrutura decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da abertura da sessão.

1.7 Tanto as respostas às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimentos serão divulgados mediante nota no portal eletrônico www.compras.rj.gov.br, pelo nº PE-028/19 na sessão relacionada às futuras licitações, ficando as empresas interessadas em participar do certame obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

2. DO OBJETO

2.1 O objeto deste pregão é o **registro de preços para aquisição de ferramentas e equipamentos**, conforme as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I.

2.2 Cabe ao licitante consultar com antecedência os seus fornecedores quanto ao quantitativo e ao prazo de entrega do objeto da aquisição, visando a adequada execução da Ata de Registro de Preços.

2.3 É vedada a realização de acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.4 As quantidades estimadas estão descritas no Termo de Referência (Anexo I).

2.4.1 Não obstante a estimativa da previsão de aquisição mencionada no item 2.4, serão necessariamente adquiridas, ao longo da validade da Ata de Registro de Preços a quantidade mínima prevista no Termo de Referência (Anexo I).

2.5 Os locais de entrega dos bens objeto do registro de preços estão listados no Termo de Referência (Anexo I).

3. PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PRAZO DE ENTREGA

3.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do extrato deste instrumento no D.O.

3.2 O **FORNECEDOR** deverá fazer a entrega de cada solicitação de compra de acordo com o quantitativo requerido e no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da solicitação de compra ou do recebimento da Nota de Empenho.

3.3 As quantidades dos itens indicadas no item 2.4 são meramente estimativas e não implicam em obrigatoriedade de contratação pela **DPRJ** durante a vigência da Ata de Registro de Preços, servindo como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes, com exceção do quantitativo indicado no item denominado quantidade mínima.

4. DA ABERTURA

4.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, dirigida pelo pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, conforme indicado abaixo:



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

POSIÇÃO	DIAMÊS/ANO	HORÁRIO
Início acolhimento das propostas		
Limite acolhimento das propostas	15/10/2019	14 horas
Data de abertura das propostas	15/10/2019	14 horas
Data de realização do Pregão	15/10/2019	14 horas e 05 min.
Processo nº	E-20/001.010386/2018	
Tipo	MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE	
Prazo para impugnação	Até 02(dois) dias úteis	
Data da publicação		
Portal	www.compras.rj.gov.br	
Número da licitação no portal	PE-028/19	

4.2 Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro superveniente de caráter público, que impeça a realização deste evento nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 Os recursos necessários para as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO: 1101.03.092.0050.5467

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE: 100

6. TIPO DE LICITAÇÃO

6.1 O presente pregão eletrônico rege-se pelo tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**.

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 Poderão participar desta licitação as pessoas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, registradas ou não no Cadastro de Fornecedores, mantido pela SEPLAG.

7.2 Não serão admitidas na licitação as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública, com as sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/02, bem como nos incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

7.3 Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

7.4 Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93.

7.5 O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do art. 2º, do Decreto Estadual nº 42.063, de 06 de outubro de 2009, deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta junto ao SIGA, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

7.5.1 Em caso de não atendimento do contido no subitem 7.5 deixará de ser concedido ao licitante o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado regulamentado por meio do Decreto Estadual nº 42.063, de 2009.

7.6 O licitante deverá assinalar na página do SIGA, em campo próprio do sistema informatizado, que cumpre os requisitos de habilitação, que a proposta está de acordo com as exigências previstas no instrumento convocatório e que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta (Anexo VII), que deverá ser apresentada no momento indicado pelo item 18.3 do Edital.

8. CREDENCIAMENTO

8.1 Somente poderão participar deste pregão eletrônico os licitantes devidamente credenciados junto ao SIGA, devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até três dias úteis da data de abertura da sessão, conforme previsto no art. 5º, parágrafo 2º, do Decreto nº 31.864, de 20 02.

8.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao SIGA, pelo endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br.

8.3 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

8.4 A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

8.5 O credenciamento do licitante junto ao SIGA implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

9. CONEXÃO COM O SISTEMA E ENVIO DAS PROPOSTAS

9.1 Observado o disposto nos itens 7 e 8 deste Edital, a participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da conexão do licitante ao SIGA, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do SIGA no período compreendido entre a data de início e de encerramento do acolhimento das propostas, conforme subitem 4.1 deste Edital.

9.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.3 Como requisito para a participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do SIGA, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

9.4 Ao licitante incumbirá, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

10. PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 A Proposta de Preços deverá ser inicialmente enviada exclusivamente por meio do SIGA, em campo específico, a ser integralmente preenchido, inclusive com a indicação da marca e modelo do produto ofertado.

10.1.1 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

10.1.2 O formulário de proposta de preços, em sua forma impressa, conforme Anexo II, somente será utilizado pelo licitante vencedor com vistas à readequação de sua oferta final.

10.1.3 Os documentos anexados durante a inserção da proposta no campo “informações adicionais” (folders, prospectos, declarações, etc.) não poderão estar identificados, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante.

10.1.4 As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofereçam apenas uma marca, um modelo e um preço para cada material (is) constante (s) do objeto desta licitação.

10.2 A proposta de preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto da ata, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

10.3 O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

10.4 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.

10.5 A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

10.6 Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão, conforme disposto no item 4.

10.6.1 Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da **DPRJ**, esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

11. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1 A partir do horário previsto no item 4.1 deste Edital, terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances,



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

exclusivamente por meio do SIGA, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.1.1 O sistema ficará disponível para a disputa de lances de segunda a sexta-feira, no horário de 09 horas às 18 horas e, após esse período, será bloqueado para tal finalidade.

11.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, suas regras de aceitação e o limite de horário de funcionamento do sistema.

11.3 Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.4 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance, vedada a identificação do detentor do lance.

11.5 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o SIGA poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

11.6 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserido em campo próprio do SIGA (chat mensagem), divulgando, com antecedência mínima de 01 (uma) hora, data e hora para a reabertura da sessão.

11.7 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo SIGA, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.7.1 Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública que poderá ser aceita ou não pelo pregoeiro. Todavia, durante o transcurso do período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.

11.7.2 O período randômico de disputa somente poderá ser iniciado até às 17 horas e 20 minutos, tendo em vista que às 18 horas o sistema será bloqueado automaticamente para envio de lances e continuidade da disputa.

11.8 Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da proposta de preços de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação e o disposto no subitem 10.4.

11.8.1 No caso de empate entre as propostas de menor preço e não sendo apresentados lances, sem prejuízo do disposto no item 11.3, será assegurada preferência como critério de desempate, sucessivamente, aos bens e serviços:

a) produzidos no País;

b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e

d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. Persistindo o empate, o sorteio público será utilizado como critério de desempate.

12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 O julgamento obedecerá ao critério de menor preço global por lote, na forma do item 6. Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço, observadas as regras deste Edital, especialmente o subitem 12.3.

12.1.1 No momento da apresentação da proposta vencedora, considerando o valor do preço total de cada item, a mesma deverá ser apresentada com, no máximo, 2 (duas) casas após a vírgula.

12.1.2 As ofertas dos licitantes não poderão ultrapassar o limite dos preços unitários de cada item, conforme apurados pela **DPRJ** e consignados na Planilha Estimativa de Quantitativo e Preços Unitários, sob pena de desclassificação da proposta de preços, que exceda o preço estimado para cada item.

12.2 O SIGA informará o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após verificação de empate ficto, nos termos do subitem 12.3 deste Edital, cabendo decisão, pelo pregoeiro, acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando a sua redução.

12.3 Havendo empate ficto no momento do julgamento das propostas será assegurada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

12.3.1 Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das Microempresas ou das Empresas de Pequeno Porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.

12.3.2 Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela de menor preço do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

b) Caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que se apresente na forma da alínea “a”, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

c) Na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

12.3.3 Caso nenhuma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente de menor preço do certame.

12.4 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

12.4.1 Ocorrendo a situação a que se refere o subitem 11.8 e/ou subitem 12.4 deste Edital, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.

12.5 O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br.

12.6 A critério do pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas de preços.

13. DO CADASTRO DE RESERVA

13.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, sendo incluído, na respectiva ata, o registro dos que aceitarem cotar o objeto com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

13.1.1 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote.

13.1.2 A apresentação de novas propostas, na forma deste item, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2 Serão registrados na Ata de Registro de Preços, nesta ordem:

- a) Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva;
- b) Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceitado cotar o objeto em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

13.2.1 Se houver mais de um licitante na situação de que trata a alínea “b”, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

13.2.2 A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo a **DPRJ** realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

13.3 Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, observado o disposto nos itens 14 e 15, serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

13.4 O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do primeiro colocado na Ata de Registro de Preços, nas seguintes ocorrências:

a) Cancelamento do registro do **FORNECEDOR**, quando este descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

b) Cancelamento do registro de preços, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, causados por razão de interesse público ou a pedido do **FORNECEDOR**.

14. DOS DOCUMENTOS A SEREM ENCAMINHADOS PELO LICITANTE DETENTOR DA MELHOR PROPOSTA

14.1 Efetuados os procedimentos previstos nos itens 12 e 13 deste Edital, o licitante detentor da melhor proposta ou do lance de menor valor, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, deverão apresentar no endereço: Av. Marechal Câmara, 314 – 3º andar – centro – Rio de Janeiro/RJ, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública, os originais ou cópias autenticadas da seguinte documentação:

a) Declaração de que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem, na forma do Anexo VIII - Declaração de inexistência de penalidade;

b) Os documentos de habilitação previstos no item 15.1 a 15.7;

c) A proposta de preços relativa ao valor arrematado, inclusive, se for o caso, detalhando a planilha de custos.

14.2 Uma vez recebidos os documentos, o pregoeiro consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

14.2.1 Caso o licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no item 14.2, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo ao pregoeiro declarar tal condição.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1 Os documentos de habilitação mencionados na alínea “b”, do item 14.1 são os indicados nos itens a seguir:

15.2 Habilitação Jurídica



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

15.2.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a)** cédula de identidade e CPF dos sócios ou diretores;
- b)** registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c)** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com todas as alterações ou consolidação respectiva;
- d)** Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e)** Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f)** A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092 da Lei Federal nº 10.406/2002, deverá mencionar, no contrato social, por força do artigo 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g)** Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

15.3 Regularidades Fiscal e Trabalhista

15.3.1 Para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c)** prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:
 - c.1)** Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;
 - c.1.1)** O licitante poderá, em substituição à certidão mencionada na alínea “c.1”, apresentar as seguintes certidões conjuntamente, desde que tenham sido expedidas até o dia 2 de novembro de 2014 e estejam dentro do prazo de validade nelas indicados: Certidão Negativa de Débito ou a Certidão Positiva com efeito negativo referente à Contribuição Previdenciária e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(RFB) e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

c.2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.2.1) caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

15.3.2 Na hipótese de cuidar-se de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura da Ata de Registro de Preço, caso se sagre vencedora na licitação.

15.3.2.1 Caso a documentação apresentada pela Microempresa ou pela Empresa de Pequeno Porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame (no momento imediatamente posterior à fase de habilitação), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas que tenham efeito negativo.

15.3.2.2 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

15.3.2.3 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

15.4 Qualificação Econômico-financeira

15.4.1 Para fins de comprovação de qualificação econômico-financeira deverão ser apresentados os seguintes documentos:



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

a) Certidões negativas de falência e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões de falência, de recuperação judicial ou de execução patrimonial.

15.4.2 Não será causa de inabilitação a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

15.5 Declaração Relativa ao Trabalho de Menores

15.5 Qualificação Técnica

15.5.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverá(ão) ser apresentado(s) o(s) seguinte(s) documento(s):

a) No mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão do licitante para atender o objeto licitado; para ser considerado apto o atestado deve comprovar ao menos 20 % das quantidades exigidas e constantes no Edital e seus anexos.

15.6 Declaração Relativa ao Trabalho de Menores

15.6.1 Para fins de comprovação de atendimento do inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666/93 deverá ser apresentada declaração do licitante de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, consoante art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, na forma do Anexo IV – Declaração para atendimento ao inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666/93.

15.7 Declaração de Atendimento à Lei Complementar nº 123/06

15.7.1 Caso o licitante se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/06, em especial quanto ao seu artigo 3º, na forma do Anexo VI – Declaração para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, empresário individual e cooperativas enquadradas no art. 34, da lei nº 11.488, de 2007.

15.8 O Certificado de Registro Cadastral do Estado - CRC, mantido pela Subsecretaria de Recursos Logísticos - SUBLO, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 15.2; 15.3; alínea “a”, do item 15.4.1 e 15.6, cabendo aos cadastrados apresentar os demais documentos previstos no item 15.

15.9 Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

15.10 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

15.11 Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pelo Secretário de Infraestrutura na hipótese de existência de recursos.

15.12 Se o licitante desatender às exigências previstas no item 14, o pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo nesse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

16. DAS AMOSTRAS

16.1 Poderá ser exigido do LICITANTE ARREMATANTE a apresentação de amostras de cada um dos itens arrematados, a ser encaminhada ao pregoeiro, em endereço a ser oportunamente informado. As amostras apresentadas para análise deverão estar corretamente identificadas com o nome do licitante responsável pelo envio.

16.2 A apresentação da amostra do produto cotado tem por objetivo a verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto desta licitação, devendo ser efetivada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua notificação, que será efetivada por aviso incluso no “chat mensagem” do correspondente item ou lote.

16.3 A amostra será analisada por representante da **DPRJ**, que emitirá laudo motivado acerca do produto apresentado, podendo, ainda, ser realizados testes em laboratórios especializados ou quaisquer outros procedimentos necessários para a adequada verificação da amostra apresentada.

16.4 As amostras aprovadas permanecerão em poder da Administração, até a entrega de todo o quantitativo cotado pelo licitante.

16.5 A proposta do licitante será desclassificada no caso de a amostra ser reprovada, devendo o mesmo ser notificado para ciência do laudo e retirada da amostra.

16.6 A desclassificação da proposta na forma prevista no item anterior acarretará o consequente chamamento do segundo colocado, adotando-se o mesmo procedimento em relação à amostra.

17. RECURSOS

17.1 O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se imediatamente após a declaração de vencedor pelo pregoeiro, expondo os motivos por meio do sistema eletrônico. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual período, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao pregoeiro.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

17.2 As razões e contrarrazões de recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail (licitacao.dpge@gmail.com), com posterior envio do original, desde que observado o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da declaração de vencedor do certame.

17.3 A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o item 17.1.

17.4 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

17.5 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.6 As razões de recursos serão dirigidas ao Secretário de Infraestrutura por intermédio do pregoeiro que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão final.

18. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E LAVRATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 Não sendo interposto recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado pelo Secretário de Infraestrutura, Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Secretário de Infraestrutura adjudicará e homologará o procedimento.

18.2 Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Secretário de Infraestrutura, o licitante vencedor, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, serão convocados, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para a lavratura da Ata de Registro de Preços.

18.2.1 Na Ata de Registro de Preços são registrados os preços, os fornecedores, e as condições a serem praticadas, conforme definido neste Edital e no Anexo I - Termo de Referência.

18.3 Como condição para a lavratura da Ata de Registro de Preços o vencedor, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, deverão apresentar Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do Anexo VII, em atendimento ao Decreto Estadual nº 43.150, de 24.08.11.

18.4 Na hipótese de não atendimento do item 18.3, poderá a **DPRJ** proceder à convocação dos demais licitantes, caso não tenha sido formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 13, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da penalidade a que se refere o art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

18.5 Deixando o adjudicatário de lavrar a Ata de Registro de Preços no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, após a licitação ter retornado a fase de habilitação pelo Secretário de Infraestrutura, poderá o pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, caso não tenha sido formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 13.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

18.6 Uma vez formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 13, serão os fornecedores convocados na ordem de classificação.

18.7 O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Estado e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

18.8 Em cumprimento ao previsto do art. 12, inciso II, da Resolução nº 914 de 28/12/2017 da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o adjudicatário se compromete a proceder o imediato cadastro como usuário externo no sistema SEI! por meio do link "<http://numclicque.defensoria.rj.def.br/>", clicando em "Usuário externo" e em seguida "Clique aqui se você ainda não está cadastrado", preenchendo o formulário apresentado. Também será obrigação do **FORNECEDOR** para efeito de validação do citado cadastro, o encaminhamento da documentação abaixo listada ao Núcleo de Protocolo da **DPRJ**, localizado na Av. Marechal Câmara, 314 - Centro, Rio de Janeiro - RJ.

a) Original do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade preenchido e assinado;

b) Cópia de documento de identificação civil no qual conste CPF juntamente com o original para fins de autenticação administrativa. Alternativamente, poderão ser entregues por terceiro ou enviados por Correios cópia autenticada do documento de identificação civil no qual conste CPF e o presente Termo com reconhecimento de firma em cartório.

18.8.1 O atendimento ao disposto no item 18.8 é condição indispensável para assinatura da Ata de Registro de Preço com a Administração da **DPRJ**.

18.8.2 Para fins de cumprimento das obrigações decorrentes das Atas de Registro de Preço, todas as notificações ao **FORNECEDOR** serão efetuadas no(s) endereços de e-mail cadastrado no sistema SEI! nos termos do item 18.8, inclusive notificações decorrentes de procedimentos destinados a apurar falhas na execução do objeto da ata visando a eventual aplicação de penalidades administrativas.

19. DA CONTRATAÇÃO

19.1 A Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso para futura contratação, nos termos definidos no Anexo I - Termo de Referência.

19.2 A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade da **DPRJ**, com exceção do quantitativo indicado no item 2.4.1, que será necessariamente adquirido.

19.3 Compete a **DPRJ** promover as ações necessárias para as suas próprias contratações, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

19.4 A contratação realizada da **DPRJ**, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

19.5 A **DPRJ** deverá verificar a manutenção das condições de habilitação e proceder à consulta ao Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA e ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, do Portal Transparência da Controladoria Geral da União, para constatar a inexistência de penalidade cujo efeito ainda vigore.

19.6 O fornecedor registrado deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas na licitação, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1 O pagamento será à vista e de acordo com a quantidade demandada, no prazo de 30 dias corridos a contar da atestação da fatura referente ao fornecimento.

20.2 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente do **BRABESCO** (instituição financeira contratada pela **DPRJ**), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura da ata.

20.3 No caso de o **FORNECEDOR** estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pela **DPRJ** ou caso verificada pela **DPRJ** a impossibilidade de o **FORNECEDOR**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pela **DPRJ**, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo **FORNECEDOR**.

20.4 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

20.5 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do **FORNECEDOR**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

20.6 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao **FORNECEDOR**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

20.7 O **FORNECEDOR** deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

20.8 O **FORNECEDOR** cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

21. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

21.1 O registro do **FORNECEDOR** será cancelado quando:

- a) Forem descumpridas as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não for retirada a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

21.1.1 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” do item 21.1 será formalizado por despacho da **DPRJ**, assegurado o contraditório e a ampla e prévia defesa.

21.2 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do fornecedor.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

22.1 A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o **FORNECEDOR**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

22.2 O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não lavrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital, Ata e das demais cominações legais.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

22.3 A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

22.4 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

22.5 A advertência e a multa, previstas nas alíneas “a” e “b”, do item 22.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

22.6 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista na alínea “c” do item 22.1, será imposta pelo próprio Defensor Público Geral ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Defensor Público Geral.

22.7 A aplicação da sanção prevista na alínea “d”, do item 22.1, é de competência exclusiva do Defensor Público Geral.

22.8 A multa administrativa, prevista na alínea “c” do item 11.3 do Termo de Referência:

a) corresponderá ao valor de até 10% (dez por cento) sobre o valor da ata, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor da ata ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

22.9 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea “c”, do item 22.1:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

22.10 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea “d”, do item 22.1, perdurará pelo tempo dos motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o **FORNECEDOR** ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

22.10.1 A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

22.11 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o **FORNECEDOR** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral da ata pela **DPRJ** ou da aplicação das sanções administrativas.

22.12 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa da ata, garantido o contraditório e a defesa prévia.

22.13 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

22.13.1 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

22.13.2 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

22.13.3 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do item 22.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea “d”, do item 22.1.

22.13.4 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

22.14 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata dentro do prazo estipulado pela **DPRJ**, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 10 (dez por cento) do valor total da ata, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

22.15 As penalidades previstas no item 22.1 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

22.16 Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

22.17 As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pela **DPRJ** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

22.18 Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas “c” e “d” do item 22.1, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

23. ACEITAÇÃO DO OBJETO DA ATA

23.1 Executada a ata, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

23.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto da ata não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução da ata.

23.3 Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da **DPRJ**, conforme o caso.

24. DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 É facultada ao pregoeiro ou ao Secretário de Infraestrutura, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

24.2 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual n.º 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

24.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.

24.4 A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação.

24.5 Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário de Infraestrutura, com auxílio do pregoeiro e da Equipe de Apoio.

24.6 O foro central da comarca da capital do Rio de Janeiro é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

24.7 Acompanham este Edital os seguintes anexos:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Proposta Detalhe
Anexo III	Ata de Registro de Preços
Anexo IV	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal
Anexo V	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no decreto estadual nº 33.925/2003
Anexo VI	Modelo de Declaração de Enquadramento da Empresa Licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Anexo VII	Declaração de Elaboração Independentemente de Proposta
Anexo VIII	Declaração de Inexistência de Penalidade

Rio de Janeiro, de de 2019.

Secretário de Infraestrutura



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I

1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem como finalidade a aquisição de Ferramentas e Equipamentos para utilização nos Serviços de Obras e Manutenção, Movimentação de materiais, e em Montagens e Desmontagens de mobiliários que são realizados em todos os órgãos de atuação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Esta contratação visa garantir os servidores lotados na Coordenação de Manutenção – COMAP e na Coordenação de Materiais – COMAT no desempenho de suas respectivas atividades diárias.

2.2. A necessidade de se adquirir os itens deste Termo de Referência por lote, media-se pelas características inerentes e especificidades semelhantes de cada um dos itens elencados em cada lote criado, uma vez que agrupados dessa forma se tornam mais atrativos, o que reduz a possibilidade de fracasso e por estar em plena consonância com as práticas de mercado e ainda mantém assegurada a ampla competitividade. Em caso concreto observa-se vantagem pois evita as consequências de vários Instrumentos contratuais.

2.3. É fato que o elevado número de procedimentos para seleção por itens isolados, tal como ocorreria no presente caso concreto, tornaria bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte o que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA LICITANTE:

3.1 No mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão do licitante para atender o objeto licitado; para ser considerado apto o atestado deve comprovar ao menos 20 % das quantidades exigidas e constantes no edital e seus anexos.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS E QUANTIDADE DOS MATERIAIS:

4.1. As especificações detalhadas e suas respectivas quantidades são parte integrante do ANEXO II.

4.2. Os Equipamentos e Ferramentas deverão ser apresentados em embalagens originais e lacradas, as quais deverão constar a descrição técnica do produto.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

4.3. Faz parte da presente especificação, no que for aplicável, a norma do fabricante, bem como as normas pertinentes à ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e, ainda, ao INMETRO.

4.4. As quantidades dos respectivos equipamentos e ferramentas serão requisitadas no ato da primeira solicitação. Havendo divergências entre as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência e as constantes no sistema “SIGA”, SEMPRE prevalecerão as especificações constantes neste Termo.

5. DO PRAZO, HORÁRIO E LOCAIS DE ENTREGA:

5.1. Prazo de Entrega: Até 15 (quinze) dias úteis, após o recebimento da Nota de Empenho emitida pela DPRJ.

5.2. Os equipamentos deverão ser entregues em um dos seguintes endereços listados abaixo, que será devidamente indicado na Nota de Empenho:

a) Rua Marechal Câmara nº 314 – Centro – Rio de Janeiro-RJ.

b) Rua Desidério de Oliveira s/nº - Centro – Niterói – RJ.

5.3. As entregas deverão ocorrer com prévio agendamento entre a empresa vencedora e a COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO, através do telefone 21 – 2232-6300 ou pelo e-mail materialdpge.rj.gov@gmail.com. Os custos gerados referentes a tentativas de entregas não agendadas previamente com serão por conta do fornecedor do material. O Horário para as entregas será sempre de 9:00hs as 15:30hs de segunda a sexta –feira.

5.4. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pelo contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

6. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:

6.1. O recebimento e aceitação do objeto deste Pregão obedecerão ao disposto no art. 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei n.º 8.666/93, e se dará, em especial, da seguinte forma:

a) Recebimento Provisório: para efeito de verificação da conformidade do produto/material com a especificação, em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de entrega.

b) Recebimento Definitivo: no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis, a contar da data de entrega após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

6.2. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos fornecidos estão em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

6.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço de entrega dos bens ainda que sejam terceirizados, há



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

de se manter o perfil ético-profissional pela perfeita entrega do objeto pactuado, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento

7. DA GARANTIA:

7.1. A garantia contra qualquer defeito nos componentes ou no funcionamento será em prazo não inferior a 12 (doze) meses, contados da data de recebimento definitivo, sem que isso implique acréscimos aos preços contratados. O prazo de substituição dos equipamentos de suas peças que apresentarem defeitos, durante o prazo de garantia, deverá ser de, no máximo, 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação, inclusive se encontrados defeitos ou desconformidades com as especificações descritas neste Termo de Referência, **no ato da entrega.**

7.2. O serviço a ser executado no equipamento dependerá do defeito apresentado. No entanto, caso o mesmo deva ser consertado fora do local onde estiver instalado, a contratada deverá providenciar outro com as mesmas especificações para substituí-lo enquanto efetua os devidos reparos, sendo que as suas expensas.

08. QUANTO A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA E MARCAS:

8.1. Poderá ser solicitado à licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar amostra de cada item classificado, devidamente identificada como o número do Pregão, o CNPJ e o nome ou razão social da licitante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da solicitação.

8.1.a. Para os respectivos materiais a serem adquiridos, onde couber, deve se considerar as seguintes marcas como referência: Makita, Bosch.

8.1.b. As marcas indicadas no item anterior servem apenas como referência para os itens e para balizar a elaboração das propostas de preços, entretanto poderá ser ofertado materiais de outros fabricantes, desde que atendam às especificações mínimas solicitadas.

8.2. A amostra, se solicitada, deverá ser entregue juntamente com a ficha técnica ou declaração com informações sobre as descrições técnicas do produto, bem como dispor na embalagem informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, sua marca, número de referência, código do produto e modelo.

8.3. A amostra, se solicitada, deverá ser apresentada no horário de 9:00hs as 15:30 hs de segunda a sexta feira, **exceto feriados**, no seguinte endereço: Rua Marechal Câmara nº 314 – Centro – Rio de Janeiro-RJ, aos cuidados da Coordenação de Material, Telefone: 021 2332 -6301.

8.4. A amostra, se solicitada, será avaliada mediante a realização de confrontação e/ou testes, quando for o caso, objetivando verificar a compatibilidade existente entre as especificações constantes deste Termo de Referência e o material apresentado.

8.5. Caso a amostra, se solicitada, NÃO esteja em desacordo com os critérios estabelecidos será reprovada e a licitante será declarada desclassificada.

8.6. O bem apresentado como amostra, para melhor análise técnica, poderá ser aberto,



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

manuseado, sendo devolvido ao licitante no estado que se encontrar ao final da avaliação.

8.7. As despesas, inerentes ao envio e devolução das amostras, correrão por conta da empresa licitante.

8.8. Os equipamentos deverão ser entregues com todos os acessórios e componentes existentes e relacionados neste edital ora necessários para o funcionamento dos mesmos, não sendo aceito equipamentos incompletos ou **fora de suas caixas originais**.

09. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. Remover, às suas expensas, todo o material que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, resultantes da contratação.

9.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **DPRJ**.

9.4. Responder, em relação aos seus empregados e ou terceirizados, por todas as despesas decorrentes da entrega dos produtos, bem como a logística necessária ao transporte, carregamento e descarregamento e dos itens necessários para atender as solicitações.

9.5. Arcar com qualquer prejuízo causado à **DPRJ** ou a terceiros por seus empregados ou terceirizados, durante a execução dos serviços de entrega, instalação, ou assistência técnica.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1. Rejeitar todo ou em parte os produtos entregues em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência.

10.2. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar as obrigações da contratada por meio do responsável pelo recebimento do material, atestando na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva entrega do item, conforme descrito e especificado na proposta da licitante vencedora;

10.3. Notificar a contratada, por escrito, para a retirada imediata dos materiais, quando apresentarem problemas relacionados a especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, alusivo às obrigações da contratada.

10.4. Rejeitar todo ou em parte os produtos entregues em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

10.5. A Coordenação de Materiais deverá emitir o Formulário Aviso de Irregularidade na Entrega e enviá-lo via e-mail à contratada logo após o prazo de entrega previsto em Edital ter-se expirado para que a contratada apresente a sua justificativa pelo atraso.

11.SANÇÕES E PENALIDADES:

11.1. O licitante vencedor que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeito às penalidades previstas na 8.666/93.

11.2. O licitante vencedor que, dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a aceitar a nota de empenho, deixar de assinar o termo de contrato quando exigido, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Estado e, se for o caso, será descredenciado no SIGA, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

11.3. Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei 8.666/93, a Administração poderá, resguardados os procedimentos legais pertinentes, aplicar as seguintes sanções, conforme art. 87 da Lei 8.666/93, sem prejuízo de outras:

- a)** Advertência; quanto ao não cumprimento dos prazos referentes a entrega do produto a partir da data de recebimento da Nota de Empenho.
- b)** Multa moratória de 1% (um por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento);
- c)** Multa de 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho ou Contrato, no caso de descumprimento parcial ou total de qualquer obrigação pactuada;
- d)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 02 (dois) anos; e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- e)** Para efeito da inexecução contratual serão considerados 30 dias úteis, caso não seja justificado ou ainda que tal justificativa alegada não seja aceita pelo Contratante.

11.4. As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou no caso de multa cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, § 2º da Lei nº 8.666/93).

11.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SIGA, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

11.6. Comprovado o impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela **DPRJ**, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.

11.7. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada administrativamente deduzindo-se do valor da Fatura Mensal ou descontada da garantia prestada, e não sendo suficiente, o valor poderá ser inscrito como Dívida Ativa e cobrado judicialmente.

11.8. Previamente à aplicação das multas previstas nos subitens acima ou de qualquer outra sanção, poderá a licitante apresentar defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que for notificada a respeito.

11.9. Da aplicação das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e demais penalidades caberá recurso, representação ou pedido de reconsideração, nos termos do art. 109 da supramencionada Lei, sendo assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

11.10. O setor responsável pelo objeto desta licitação deverá informar à Coordenadoria de Contratos e Licitação a ocorrência de fatos que possam motivar a aplicação das sanções previstas neste item, sob pena de responsabilidade.

11.11. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas no item 13 e nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei 8.666/93 bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial do Estado.

12 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos serão realizados pela **DPRJ**, de acordo com as contratações realizadas.

12.2. O pagamento será realizado à vista de acordo com a quantidade demandada no período.

12.3. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

12.4. No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pela **DPRJ** ou caso verificada pela **DPRJ** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pela **DPRJ**, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

12.5. O prazo de pagamento 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

12.6. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

12.7. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

12.8. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível a **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

12.9. O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e, caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

12.10. O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

13 – DISPOSIÇÕES GERAIS


13.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos nos dias úteis em que houver expediente na **DPRJ**.

13.2. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **DPRJ** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.3. Havendo divergências entre as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência e as constantes no sistema “SIGA”, SEMPRE prevalecerão as especificações constantes neste Termo.






ANEXO I.A: DO TERMO DE REFERÊNCIA ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

LOTE 1 - Ferramentas

Item	Especificação	Qtde Solicitação	Qtde Mínima	Qtde. Total	Foto Ilustrativa
1	Pá de bico em aço, com comprimento entre 100 e 120 cm, cabo de madeira e terminação "Y" metálica. (ID - 155497)	4	8	12	
2	Enxada de metal média larga com aproximadamente 30 cm, com cabo de madeira de no mínimo 150 cm. (ID - 32565)	4	8	12	
3	Mini Arco de Serra 10 Polegadas (ID - 155498)	4	8	12	
4	Colher de pedreiro redonda e forjada de 8" com haste curvada e cabo de madeira. (ID - 132200)	4	8	12	
5	Peneira para areia 55cm com aro de madeira (ID - 142506)	4	8	12	
6	Carrinho de Mão com braço metálico e caçamba metálica rasa Caçamba: 0,45 mm de espessura e capacidade para 80 litros Dimensões Aproximadas Tamanho (LxPx C): 1488,0 x 603,0 x 620,0 mm (ID - 3555)	2	4	06	




DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

7	Balde Masseur concreto, material: plástico reforçado, capacidade: 20 l, cor: preto, alca: com, forma fornecimento: unidade (ID - 155534) Complementação do item: <ul style="list-style-type: none">➤ Material da caixa: Plástico➤ Comprimento da caixa: 600,0 mm➤ Largura da caixa: 370,0 mm➤ Altura da caixa: 140 mm➤ Caixa plástica retangular para massa	4	8	12	
8	Balde Plástico 12 Litros reforçado para Pedreiro (ID - 155532)	8	16	24	
9	Martelo unha, carpinteiro, material cabeça: aço carbono sae 1045, acabamento: jateado envernizado, comprimento cabeça: 29 mm, material cabo: madeira, com 27 cm (c), fixação cabo: epoxi, forma fornecimento: unidade (ID - 155535)	4	8	12	
10	Marreta em ferro fundido de 3kg, com cabo de madeira. (ID - 155537)	1	3	04	
11	Martelo de borracha 60 mm preto (ID - 155538)	4	8	12	








DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

12	<p>Cortador de Piso Capacidade de corte reto: 90cm. Tamanho máximo de piso para corte diagonal: 64 x 64cm Bandejas para apoio do piso equipadas com molas (proporcionam uma quebra com maior conforto) - Exclusivo sistema de posicionamento e trava do separador</p> <p>- Rodel cortante de 9/32" com haste em aço carbono zincado e disco de carboneto de tungstênio (wídia)</p> <p>- Separador na parte inferior (eliminando o acúmulo de sujeiras nas guias e reduzindo desgaste) - Limitador lateral para cortes retos e diagonais precisos (facilita ainda mais o trabalho) - Guias cromadas de 23/32" em aço niquelado</p> <p>(ID - 155539)</p>	1	3	04	
----	---	---	---	----	---








DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LOTE 2
Ferramentas

Item	Especificação	Qtd. 1ª Solicitação	Qtd. Mínima	Qtd. Total	Foto Ilustrativa
1	Chave de biela tipo L 11". Forjada em aço cromo vanádio e temperada. Acabamento cromado. (ID - 4174)	4	8	12	
2	Chave de biela tipo L 12". Forjada em aço cromo vanádio e temperada. Acabamento cromado. (ID - 4175)	4	8	12	
3	Chave combinada 11 mm. Forjada em aço cromo vanádio e temperada. Cabeça usinada. Pescoço curto. Abertura da boca calibrada. Acabamento cromado (ID - 114955)	4	8	12	
4	Chave combinada 12 mm. Forjada em aço cromo vanádio e temperada. Cabeça usinada. Pescoço curto. Abertura da boca calibrada. Acabamento cromado (ID - 114956)	4	8	12	
5	Chave de fenda Philips. Haste em aço cromo-vanádio. Cabo injetado e ostas magnetizadas. Tamanho: 1/4 x 4" (ID - 118148)	4	8	12	





DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO


6	Chave de fenda ponta chata Haste em aço cromo-vanádio. Cabo injetado e postas magnetizadas. Tamanho: 1/4 x 4" (ID - 31797)	4	8	12	
7	Jogo de chave L hexagonal (allen) Tamanhos: de 1,5 a 10" Forjado em aço cromo-vanádio (ID - 155533)	2	4	6	
8	broca, jogo, modelo: furar e parafusar, composição: 33 peças, padrão: n/a, medidas: 7 brocas para metal hss-r de 2/3/3/3,2/4/4,2/5 mm, 5 brocas para pedra de 4/5/6/7/8 mm, 6 brocas para madeira de 3/4/5/6/7/8 mm, acessório: maleta, aplicação: universal unidade. (ID - 156312)	3	4	6	
9	Alicate universal Tamanho: 8" Material: aço cromo-vanádio Formato: mandíbulas planas e ovaladas e cabo isolado para 1000V. (ID 128746)	4	8	12	
10	Alicate de corte diagonal Tamanho: 6" Forjado em aço e cabos revestidos para isolamento de 1000V. (ID - 83985)	4	8	12	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO


11	Alicate bico longo reto Tamanho: 6" Forjado em aço e cabo emborrachado anti deslizante (ID - 101808)	4	8	12	
12	Cadeado em latão todos com mesmo segredo, tamanho 30 mm, acompanhando no mínimo uma chave por cadeado. (ID - 2335)	8	12	20	

**LOTE 3 – Equipamentos
Refrigeração**

Item	Especificação	Qtd. 1ª Solic it açã o	Qtd. Míni ma	Qtd. Tota l	Foto Ilustrativa
1	Manifold Digital 4 vias com Vacuômetro (ID - 155536)	01	01	02	






DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2	<p>Termômetro Digital com 5 pontos de leitura (ID - 155950) Complementação do item: ➤ Cores variáveis</p>	01	01	02	
---	--	----	----	----	---






DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LOTE 4 – Equipamentos Elétricos

Item	Especificação	Qtd. 1ª Solicitação	Qtd. Mínim a	Qtd. Total	Foto Ilustrativa
1	Furadeira de Impacto ½ Polegadas 710 w 127 V(110V). Com KIT de no mínimo: 01 Chaves de mandril 01 Empunhaduras auxiliar 01 Limitadores de profundidade -01 Manual de instruções Em sua embalagem original. (ID - 136084)	02	04	06	
2	Parafusadeira/Furadeira de Impacto a bateria Mod. Bivolt. Em sua embalagem original. (ID - 132883)	04	08	12	
3	Serra Circular – Serra Circular 7.1/4 polegadas 1800w 110 v. Em sua embalagem original. (ID - 119157)	02	03	05	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO


4	Serra Mármore 1300w, 220V. Em sua embalagem original. (ID - 131854)	02	03	05	
5	Martelete Rompedor. Em sua embalagem original. (ID - 110042)	01	03	04	
6	Kit Testador, localizador de cabos WH806R desenvolvido para rastrear e identificar pares de cabos em instalações de telefonia e redes de computadores, sem a necessidade de retirar o isolamento dos condutores ou danificar o isolamento. Verifica se os cabos estão conectados de forma correta, através de LEDs na base e no receptor. Chave de seletora (Scan /Off /Test). A alimentação do produto é feita através de 2 baterias alcalina de 9 VDC (inclusas). Acompanha estojo de proteção e baterias já instaladas. Análise e continuidade de fios e cabos Rastreamento de fios e cabos Identificação do estado da linha telefônica (livre, tocando, ocupada). Formato de transmissão de sinal: impulso multi -frequência.	01	02	03	




DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Status de saída do sinal elétrico: 8 V -P.Distancia da transmissão de sinal: <= 3 Km. LEDs indicativos de atividade Comprimento do cabo: 30 cm Comprimento do RJ -45: 60 cm Dimensões do receptor: 2,5 / 3,7 / 17,6 cm (Prof / Larg / Alt) Dimensões da transmissor: 3,2 / 4,8 / 14 cm (Prof / Larg / Alt) Corrente máxima Emissor: <= 9 mA Receptor: <= 28 mA Botão Select Chave seletora: Scan / Off / Test.Botão giratório de volume (no receptor) Complementação do item: Cores variáveis (ID – 155962)				
---	--	--	--	--


LOTE 5 – kit para Solda


Item	Especificação	Qtd. 1ª Solicitação	Qtd. Mínima	Qtd. Total	Foto Ilustrativa
1	<p>Conjunto de solda para maçarico de oxigênio e acetileno. Composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> -2 Extensões de solda -1 Maçarico para solda -2 Válvulas anti-retrocesso -1 Carrinho para transporte -1 Regulador de pressão de oxigênio -1 Regulador de pressão de acetileno - 1 Válvula corta chama para oxig e acet - 5 Metros de mangueira dupla reforçada - 1 Cilindro de oxigênio 1 metro cubico 60cm - 1 Cilindro de acetileno 1 metro cubico 60cm <p>Dimensões: Altura: 110 cm Largura: 65 cm Comprimento: 35 cm Peso: 32 kilos</p> <p>Cilindros certificados de fácil reabastecimento ou troca em postos autorizados em todo o território nacional</p> <p>(ID – 25861)</p>	01	01	02	

**LOTE 6 – Equipamentos
Jardinagem**



Item	Especificação	Qtd. 1ª Solicitação	Qtd. Mínima	Qtd. Total	Foto Ilustrativa
1	Serrote podador para galhos altos com cabo telescópico extensível, que permita alcançar altura de 3 Metros. Sistema de Guilhotina (ID – 56565)	01	01	02	

**LOTE 7 – Equipamentos de Medição Digital e
Marcação**

Item	Especificação	Qtd. 1ª Solicitação	Qtd. Mínima	Qtd. Total	Foto Ilustrativa
1	Trena digital laser, display: cristal liquido lcd, quantidade linhas display: 3 linhas, precisao: + / - 1,5 mm, alcance: 0,05 ~50m, alimentacao: 2 pilhas (aa ou aaa), grau protecao: ip -54, altura: 32mm, largura: 53mm, profundidade: 115mm, funcoes: unidades de medida: m/cm/mm, acessorio: capa Protetora, 2 pilhas, certificado do fabricante manual em	01	03	4	

	<p>portugues</p> <p><u>Complementação do item:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Medição de distância, área/volume, nível e ângulo • Distância de 50 m <p>Tipo: Laser</p> <ul style="list-style-type: none"> • distância, área/volume, nível e ângulo • Distância de 50 m <p>Tipo: Laser (ID – 97337)</p>				
2	<p>Rotulador Eletronico, modelo: Portatil, display: Cristal liquido (lcd) 1 linha x 8 Caracteres, numero Caractere: 16, Resolucao: 230 dpi, Largura etiqueta: 9 Mm ~ 12 mm, tensao Alimentacao: 4 Pilhas aaa, caractere: 1 fonte, Tamanho fonte: 6, Tecla posicionada: Qwerty, altura: 172 Mm, largura: 100 Mm, profundidade: 51 mm, forma</p> <p>Fornecimento: <u>Unidade</u> <u>Complementação do item:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento de 10 rolos (8 m cada) de fita tipo: 12 mm para rotuladora, sendo própria para o modelo/marca ofertado (ID -155904) 	01	02	3	


LOTE 8 – Carros para Movimentação de Cargas

Item	Especificação	Qty. 1ª Solicitação	Qty. Mínima	Qty. Total	Foto Ilustrativa
1	<p>Carro Plataforma de madeira. Dimensões 120x60cm, Capacidade para 400Kg roda pneumática 325x8. (ID - 155967)</p>	01	01	02	 <p>1,20 X 0,60 400KG</p>
2	<p>Carro / Carrinho plataforma para até 400Kg nas dimensões de 100x60cm de largura. Com 1 aba de 80cm de altura. Com rodas de composto termoplástico com rolamento de esfera de 6", 2 fixas e 2 giratórias. Carro com mão francesa escondida com a aba. Assoalho de chapa. (ID - 155842)</p>	01	02	03	



LOTE 9 – Carros para Movimentação de Cargas

Item	Especificação	Qtd. 1ª Solicitação	Qtd. Mínima	Qtd. Total	Foto Ilustrativa
1	<p>Carro armazem / 2 rodas,tipo: aberto, capacidade carga: 200 kg, estrutura: tubular (soldada), material: aco carbono 1010 / 1020, acabamento: pintura eletroestatica, cor: verde, tipo roda: pneu com camara, diametro roda: 9``, dimensoes (L X A): 702 X 1.435 X 730 (Lx A x C), comprimento aba: comprimento base 355 mm, forma fornecimento: unidade</p> <p>(ID - 155617)</p>	02	06	08	
2	<p>Carro armazem / 2 rodas,tipo: aberto, capacidade carga: 200 kg, estrutura: tubular (soldada), material: aco carbono 1010 / 1020, acabamento: pintura eletroestatica, cor: verde, tipo roda: macica, diametro roda: 9``, dimensoes (L X A): 702 X 1.435 X 730 (Lx A x C), comprimento aba: comprimento base 355 mm, forma fornecimento: unidade</p> <p>(ID - 155841)</p>	02	03	05	

**LOTE 10 – Paleteira
Hidráulica**

Item	Especificação		Qtd. 1ª Solic it açã o	Qtd. Míni ma	Qtd. Tota l	Foto Ilustrativa
1	Paleteira Capacidade de carga: Sistema de elevação: Altura dos garfos baixados: Altura dos garfos elevados: Rodas de carga: Rodas de direção: Posições da manopla de direção: Comprimento útil dos garfos: Largura dos garfos: Comprimento total: Largura total: Altura total: Peso: Garantia: (ID - 126461)	Manual 3.000kg Hidráulico manual 80mm 200mm Rodas duplas (tandem) em nylon Em nylon Subir, Baixar, Neutro 1.000mm 165mm 1215 mm 1790 mm 1.230mm 63 kg 12 meses	01	01	02	


LOTE 11 – Cones de Sinalização

Item	Especificação	Qtd. 1ª Solicitação	Qtd. Mínima	Qtd. Total	Foto Ilustrativa
1	<p>Cone balizador verde: Composto de duas peças (Balizador e Base). Altura: 1,05 Metro. Peso aproximado: 5 KG Finalidade: Uso em estacionamento e para orientação de trafego de veículos e pedestres. Especificações da parte superior (baliza): No mínimo 02 faixas refletivas na cor PRATA na, com no mínimo 10 cm cada. Alça superior com furo para fixação de dispositivo acessório tipo sinalizador luminoso intermitente. Especificações da parte inferior (base): Base octagonal com 8 lados com medidas aproximadas de 33cm em 4 dos lados e de 8cm outros 4. A distância entre o maior lado e seu oposto deverá ser de no mínimo 44cm. (ID - 155850)</p>	04	08	12	
2	<p>Cone Flexibilidade de borracha - não quebra e mantém sua forma. Cor verde com 2 faixas refletivas na cor branca de alta refletividade com no mínimo 10 cm de largura. Altura de 75 cm e Base de 40 x 40 cm 8 Sapatas abaixo da base, para possibilitar o fluxo de água. 3 kg de peso mínimo. (ID - 155844)</p>	13	32	45	<p align="center">+</p> 



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO


**LOTE 12 – Pedestal Organizador
de Fila.**

Item	Especificação	Qtd. 1ª Soli cit açã o	Qtd. Mínima	Qtd. Total	Foto Ilustrativa
1	<p>Especificações:</p> <p>Altura: 96 cm Tubo: 3. Polegadas Base: 35 cm Peso: 11 Kg</p> <p>Acabamento:</p> <p>Cromado, Pedestal e base com o mesmo acabamento.</p> <p>Fitas:</p> <p>Preta e Personalizada com: DPRJ.</p> <p>Comprimento total da fita: 2 metros; largura da fita: 5 cm. Centrifuga de freio na gaveta, o que evita acidentes, principalmente com crianças; Trava de segurança.</p> <p><i>Centrifuga de freio na gaveta, o que evita acidentes, principalmente com crianças;</i></p> <p>Trava de segurança e Facilidade de substituição do carretel.</p> <p>(ID - 61760)</p>	08	16	24	



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANEXO II

ITEM	NÚMERO DE ESTOQUE (ID SIGA)	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	MARCA	PREÇO COM ICMS(R\$)		PREÇO SEM ICMS (R\$)	
						UNIT.	TOTAL	UNIT.	TOTAL
 SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL PROPOSTA DETALHE			ANEXO II Licitação por Pregão Eletrônico nº 028/2019 A Realizar-se: 15/10/2019 às 14 horas Requisição nº.PAMs 0031, 0032, 0033, 0034, 0035, 0036, 0037, 0038, 0039/2019 Processo nº. E-20/001.010386/2018						
A firma ao lado mencionada propõe fornecer à DPRJ , pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constante do EDITAL nº. 028/2019			CARIMBO DA FIRMA						
1	5120.060.0007 (ID - 155497)	LOTE I - FERRAMENTAS PÁ DE BICO EM AÇO, COM COMPRIMENTO ENTRE 100 E 120 CM, CABO DE MADEIRA E TERMINAÇÃO "Y" METÁLICA. VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	12					
2	3750.007.0007 (ID - 32565)	ENXADA DE METAL MÉDIA LARGA COM APROXIMADAMENTE 30 CM, COM CABO DE MADEIRA DE NO MÍNIMO 150 CM VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	12					
3	5110.003.0018 (ID - 155498)	MINI ARCO DE SERRA 10 POLEGADAS VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	12					
4	5120.031.0006 (ID - 132200)	COLHER DE PEDREIRO REDONDA E FORJADA DE 8" COM HASTE CURVADA E CABO DE MADEIRA VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	12					
5	5120.060.0007 (ID - 142506)	PENEIRA PARA AREIA 55CM COM ARO DE MADEIRA VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	12					
6	3920.004.0002 (ID - 3555)	CARRINHO DE MÃO COM BRAÇO METÁLICO E CAÇAMBA METÁLICA RASA CAÇAMBA: 0,45 MM DE ESPESSURA E CAPACIDADE PARA 80 LITROS DIMENSÕES APROXIMADAS TAMANHO (LXPXC): 1488,0 X 603,0 X 620,0 MM VALOR UNITÁRIO R\$	UN	06					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

		VALOR TOTAL R\$:							
7	5120.074.0005 (ID - 155534)	BALDE MASSEIRA CONCRETO, MATERIAL: PLASTICO REFORCADO, CAPACIDADE: 20 L, COR: PRETO, ALCA: COM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM: -MATERIAL DA CAIXA: PLÁSTICO -COMPRIMENTO DA CAIXA: 600,0 MM -LARGURA DA CAIXA: 370,0 MM -ALTURA DA CAIXA: 140 MM CAIXA PLÁSTICA RETANGULAR PARA MASSA VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	12					
8	5120.074.0004 (ID - 155532)	BALDE PLÁSTICO 12 LITROS REFORÇADO PARA PEDREIRO VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	24					
9	5120.057.0018 (ID - 155535)	MARTELO UNHA, CARPINTEIRO, MATERIAL CABECA: ACO CARBONO SAE 1045, ACABAMENTO: JATEADO ENVERNIZADO, COMPRIMENTO CABECA: 29 MM, MATERIAL CABO: MADEIRA, COM 27 CM (C), FIXACAO CABO: EPOXI, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	12					
10	5120.048.0017 (ID - 155537)	MARRETA EM FERRO FUNDIDO DE 3KG, COM CABO DE MADEIRA. VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	04					
11	5120.050.0007 (ID - 155538)	MARTELO DE BORRACHA 60 MM PRETO VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	12					
12	5110.037.0001 (ID - 155539)	CORTADOR DE PISO CAPACIDADE DE CORTE RETO: 90CM. TAMANHO MAXIMO DE PISO PARA CORTE DIAGONAL: 64 X 64CM BANDEJAS PARA APOIO DO PISO EQUIPADAS COM MOLAS (PROPORCIONAM UMA QUEBRA COM MAIOR CONFORTO) - EXCLUSIVO SISTEMA DE POSICIONAMENTO E TRAVA DO SEPARADOR - RODEL CORTANTE DE 9/32" COM HASTE EM AÇO CARBONO ZINCADO E DISCO DE CARBONETO DE TUNGSTÊNIO (WÍDIA) - SEPARADOR NA PARTE INFERIOR (ELIMINANDO O ACUMULO DE SUJEIRAS	UN	04					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

		NAS GUIAS E REDUZINDO DESGASTE) - LIMITADOR LATERAL PARA CORTES RETOS E DIAGONAIS PRECISOS (FACILITA AINDA MAIS O TRABALHO) - GUIAS CROMADAS DE 23/32" EM AÇO NIQUELADO VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$: VALOR GLOBAL R\$:							
1	5120.015.0001 (ID - 4174)	LOTE II - FERRAMENTAS CHAVE DE BIELA TIPO L 11". FORJADA EM AÇO CROMO VANÁDIO E TEMPERADA. ACABAMENTO CROMADO. VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	12					
2	5120.015.0002 (ID - 4175)	CHAVE DE BIELA TIPO L 12". FORJADA EM AÇO CROMO VANÁDIO E TEMPERADA. ACABAMENTO CROMADO. VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	12					
3	5120.017.0060 (ID - 114955)	CHAVE COMBINADA 11 MM. FORJADA EM AÇO CROMO VANÁDIO E TEMPERADA. CABEÇA USINADA. PESCOÇO CURTO. ABERTURA DA BOCA CALIBRADA. ACABAMENTO CROMADO VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	12					
4	5120.017.0061 (ID - 114956)	CHAVE COMBINADA 12 MM. FORJADA EM AÇO CROMO VANÁDIO E TEMPERADA. CABEÇA USINADA. PESCOÇO CURTO. ABERTURA DA BOCA CALIBRADA. ACABAMENTO CROMADO VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	12					
5	5120.023.0047 (ID - 118148)	CHAVE DE FENDA PHILIPS HASTE EM AÇO CROMO-VANÁDIO. CABO INJETADO E POSTAS MAGNETIZADAS. TAMANHO: 1/4 x 4" VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	12					
6	5120.026.0005 (ID - 31797)	CHAVE DE FENDA PONTA CHATA HASTE EM AÇO CROMO-VANÁDIO. CABO INJETADO E POSTAS MAGNETIZADAS. TAMANHO: 1/4 X 4" VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	12					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

		VALOR UNITÁRIO R\$							
		VALOR TOTAL R\$:							
7	5180.010.0021 (ID - 155533)	JOGO DE CHAVE L HEXAGONAL (ALLEN) TAMANHOS: DE 1,5 A 10" FORJADO EM AÇO CROMO-VANÁDIO VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	06					
8	5180.004.0028 (ID - 156312)	BROCA, JOGO, MODELO: FURAR E PARAFUSAR, COMPOSICAO: 33 PECAS, PADRAO: N/A, MEDIDAS: 7 BROCAS PARA METAL HSS-R DE 2/3/3/3,2/4/4,2/5 MM, 5 BROCAS PARA PEDRA DE 4/5/6/7/8 MM, 6 BROCAS PARA MADEIRA DE 3/4/5/6/7/8 MM, ACESSORIO: MALETA, APLICACAO: UNIVERSAL UNIDADE. VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	06					
9	5120.010.0013 (ID - 128746)	ALICATE UNIVERSAL TAMANHO: 8" MATERIAL: AÇO CROMO-VANÁDIO FORMATO: MANDÍBULAS PLANAS E OVALADAS E CABO ISOLADO PARA 1000V VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	12					
10	5110.001.0021 (ID - 83985)	ALICATE DE CORTE DIAGONAL TAMANHO: 6" 12 FORJADO EM AÇO E CABOS REVESTIDOS PARA ISOLAÇÃO DE 1000V VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	12					
11	5120.003.0025 (ID - 101808)	ALICATE BICO LONGO RETO TAMANHO: 6" FORJADO EM AÇO E CABO EMBORRACHADO ANTI DESLIZANTE VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$:	UN	12					
12	5340.001.0006 (ID - 2335)	CADEADO EM LATÃO TODOS COM MESMO SEGREDO, TAMANHO 30 MM, ACOMPANHANDO NO MÍNIMO UMA CHAVE POR CADEADO VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$: VALOR GLOBAL R\$:	UN	20					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1	8120.004.0005 (ID - 155536)	LOTE III – EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO MANIFOLD DIGITAL 4 VIAS COM VACUÔMETRO VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	UN	02						
2	6685.010.0021 (ID - 155950)	TERMÔMETRO DIGITAL COM 5 PONTOS DE LEITURA COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM: - CORES VARIÁVEIS VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$: VALOR GLOBAL R\$:	UN	02						
1	5130.003.0023 (ID - 136084)	LOTE IV – EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS FURADEIRA DE IMPACTO ½ POLEGADAS 710 W 127 V(110V). COM KIT DE NO MÍNIMO: 01 CHAVES DE MANDRIL 01 EMPUNHADURAS AUXILIAR 01 LIMITADORES DE PROFUNDIDADE -01 MANUAL DE INSTRUÇÕES EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL. VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	UN	06						
2	5130.011.0007 (ID - 132883)	PARAFUSADEIRA/FURADEIRA DE IMPACTO A BATERIA MOD. BIVOLT. EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL. VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	UN	12						
3	5130.008.0007 (ID - 119157)	SERRA CIRCULAR – SERRA CIRCULAR 7.1/4 POLEGADAS1800W 110 V. EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL. VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	UN	05						
4	5130.009.0005 (ID - 131854)	SERRA MÁRMORE 1300W, 220V. EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL. VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	UN	05						
5	5130.007.0006 (ID - 110042)	MARTELETE ROMPEDOR. EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL. VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	UN	04						



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

6	6625.041.0002 (ID - 155962)	<p>KIT TESTADOR, LOCALIZADOR DE CABOS WH806R DESENVOLVIDO PARA RASTREAR E IDENTIFICAR PARES DE CABOS EM INSTALAÇÕES DE TELEFONIA E REDES DE COMPUTADORES, SEM A NECESSIDADE DE RETIRAR O ISOLAMENTO DOS CONDUTORES OU DANIFICAR O ISOLAMENTO. VERIFICA SE OS CABOS ESTÃO CONECTADOS DE FORMA CORRETA, ATRAVÉS DE LEDS NA BASE E NO RECEPTOR.CHAVE DE SELETORA (SCAN / OFF / TEST). A ALIMENTAÇÃO DO PRODUTO É FEITA ATRAVÉS DE 2 BATERIAS ALCALINA DE 9 VDC (INCLUSAS). ACOMPANHA ESTOJO DE PROTEÇÃO E BATERIAS JÁ INSTALADAS. ANÁLISE E CONTINUIDADE DE FIOS E CABOS RASTREAMENTO DE FIOS E CABOS IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DA LINHA TELEFÔNICA (LIVRE, TOCANDO, OCUPADA). FORMATO DE TRANSMISSÃO DE SINAL: IMPULSO MULTIFREQUÊNCIA. STATUS DE SAÍDA DO SINAL ELÉTRICO: 8 V-P.DISTANCIA DA TRANSMISSÃO DE SINAL: <= 3 KM. LEDS INDICATIVOS DE ATIVIDADE COMPRIMENTO DO CABO: 30 CM COMPRIMENTO DO RJ-45: 60 CM DIMENSÕES DO RECEPTOR: 2,5 / 3,7 / 17,6 CM (PROF / LARG / ALT) DIMENSÕES DA TRANSMISSOR: 3,2 / 4,8 / 14 CM (PROF / LARG / ALT) CORRENTE MÁXIMA EMISSOR: <= 9 MA RECEPTOR: <= 28 MA BOTÃO SELECT CHAVE SELETORA: SCAN / OFF / TEST.BOTÃO GIRATÓRIO DE VOLUME (NO RECEPTOR) COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM: -CORES VARIÁVEIS</p> <p>VALOR UNITÁRIO R\$</p> <p>VALOR TOTAL R\$:</p> <p>VALOR GLOBAL R\$:</p>	UN	03					
1	3433.001.0002 (ID - 25861)	<p>LOTE V – KIT PARA SOLDA</p> <p>CONJUNTO DE SOLDA PPU MAÇARICO OXIGÊNIO E ACETILENO. COMPOSTO DE: - 2 EXTENSÕES DE SOLDA -1 MAÇARICO PARA SOLDA -2 VÁLVULAS ANTI-RETROCESSO -1 CARRINHO PARA TRANSPORTE -1 REGULADOR DE PRESSÃO DE OXIGÊNIO -1 REGULADOR DE PRESSÃO DE ACETILENO - 1 VÁLVULA CORTA CHAMA PARA OXIG E ACET - 5 METROS DE MANGUEIRA DUPLA REFORÇADA - 1 CILINDRO DE OXIGÊNIO 1 METRO CUBICO 60CM - 1 CILINDRO DE ACETILENO 1 METRO CUBICO 60CM DIMENSÕES: ALTURA: 110 CM LARGURA: 65 CM</p>	UN	02					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

		COMPRIMENTO: 35 CM PESO: 32 KILOS CILINDROS CERTIFICADOS DE FÁCIL REABASTECIMENTO OU TROCA EM POSTOS AUTORIZADOS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$: VALOR GLOBAL R\$:							
1	3750.014.0001 (ID - 56565)	LOTE VI – EQUIPAMENTOS JARDINAGEM SERROTE PODADOR PARA GALHOS ALTOS COM CABO TELESCÓPICO EXTENSÍVEL, QUE PERMITA ALCANÇAR ALTURA DE 3 METROS. SISTEMA DE GUILHOTINA VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR GLOBAL R\$:	UN	02					
1	5210.040.0004 (ID - 97337)	LOTE VII – EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO DIGITAL E MARCAÇÃO TRENA DIGITAL LASER, DISPLAY: CRISTAL LIQUIDO LCD, QUANTIDADE LINHAS DISPLAY: 3 LINHAS, PRECISAO: + / - 1,5 MM, ALCANCE: 0,05 ~50M, ALIMENTACAO: 2 PILHAS (AA OU AAA), GRAU PROTECAO: IP -54, ALTURA: 32MM, LARGURA: 53MM, PROFUNDIDADE: 115MM, FUNCOES: UNIDADES DE MEDIDA:M/CM/MM, ACESSORIO: CAPA PROTETORA, 2 PILHAS,CERTIFICADO DO FABRICANTE E MANUAL EM PORTUGUES COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM: -MEDIÇÃO DE DISTÂNCIA, ÁREA/VOLUME, NÍVEL E ÂNGULO -DISTÂNCIA DE 50 M TIPO: LASER -DISTÂNCIA, ÁREA/VOLUME, NÍVEL E ÂNGULO -DISTÂNCIA DE 50 M -TIPO: LASER VA VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	UN	04					
2	7520.032.0007 (ID - 155904)	ROTULADOR ELETRONICO, MODELO: PORTATIL, DISPLAY: CRISTAL LIQUIDO (LCD) 1 LINHA X 8 CARACTERES, NUMERO CARACTERE: 16, RESOLUCAO: 230 DPI, LARGURA ETIQUETA: 9 MM ~ 12 MM, TENSAO ALIMENTACAO: 4 PILHAS AAA, CARACTERE: 1 FONTE, TAMANHO FONTE: 6, TECLA POSICIONADA: QWERTY, ALTURA: 172 MM, LARGURA: 100 MM, PROFUNDIDADE: 51 MM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM:	UN	03					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

		<p>-FORNECIMENTO DE 10 ROLOS (8 M CADA) DE FITA TIPO "M", 12 MM PARA ROTULADORA, SENDO PRÓPRIA PARA O MODELO/MARCA OFERTADO.</p> <p>VALOR UNITÁRIO R\$:</p> <p>VALOR TOTAL R\$:</p> <p>VALOR GLOBAL R\$:</p>							
1	3920.001.0067 (ID - 155967)	<p>LOTE VIII – CARROS PARA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS</p> <p>CARRO PLATAFORMA DE MADEIRA. DIMENSÕES 120X60CM, CAPACIDADE PARA 400KG RODA PNEUMÁTICA 325X8.</p> <p>VALOR UNITÁRIO R\$:</p> <p>VALOR TOTAL R\$:</p>	UN	02					
2	3920.001.0066 (ID - 155842)	<p>CARRO / CARRINHO PLATAFORMA PARA ATÉ 400KG NAS DIMENSÕES DE 100X60CM DE LARGURA. COM 1 ABA DE 80CM DE ALTURA. COM RODAS DE COMPOSTO TERMOPLÁSTICO COM ROLAMENTO DE ESFERA DE 6", 2 FIXAS E 2 GIRATÓRIAS. CARRO COM MÃO FRANCESA ESCONDIDA COM A ABA. ASSOALHO DE CHAPA</p> <p>VALOR UNITÁRIO R\$</p> <p>VALOR TOTAL R\$:</p> <p>VALOR GLOBAL R\$:</p>	UN	03					
1	3920.002.0015 (ID - 155617)	<p>LOTE IX – CARROS PARA MOVIMENTAÇÃO DE CARGA</p> <p>CARRO ARMAZEM / 2 RODAS, TIPO: ABERTO, CAPACIDADE CARGA: 200 KG, ESTRUTURA: TUBULAR (SOLDADA), MATERIAL: ACO CARBONO 1010 / 1020, ACABAMENTO: PINTURA ELETROESTÁTICA, COR: VERDE, TIPO RODA: PNEU COM CAMARA, DIAMETRO RODA: 9", DIMENSÕES (L X A): 702 X 1.435 X 730 (L X A X C), COMPRIMENTO ABA: COMPRIMENTO BASE 355 MM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE</p> <p>VALOR UNITÁRIO R\$:</p> <p>VALOR TOTAL R\$:</p>	UN	08					
2	3920.002.0016 (ID - 155841)	<p>CARRO ARMAZEM / 2 RODAS, TIPO: ABERTO, CAPACIDADE CARGA: 200 KG, ESTRUTURA: TUBULAR (SOLDADA), MATERIAL: ACO CARBONO 1010 / 1020, ACABAMENTO: PINTURA ELETROESTÁTICA, COR: VERDE, TIPO RODA: MACICA, DIAMETRO RODA: 9",</p>		05					



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

		DIMENSOES (L X A): 702 X 1.435 X 730 (L X A X C), COMPRIMENTO ABA: COMPRIMENTO BASE 355 MM, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$: VALOR GLOBAL R\$:	UN						
1	3990.003.0004 (ID - 126461)	LOTE X – PALETEIRA HIDRÁULICA PALETEIRA MANUAL CAPACIDADE DE CARGA: 3.000KG SISTEMA DE ELEVAÇÃO: HIDRÁULICO MANUAL ALTURA DOS GARFOS BAIXADOS: 80MM ALTURA DOS GARFOS ELEVADOS: 200MM RODAS DE CARGA: RODAS DUPLAS (TANDEM) EM NYLON RODAS DE DIREÇÃO: EM NYLON POSIÇÕES DA MANOPLA DE DIREÇÃO: SUBIR, BAIXAR, NEUTRO COMPRIMENTO ÚTIL DOS GARFOS: 1.000MM LARGURA DOS GARFOS: 165MM COMPRIMENTO TOTAL: 1215 MM LARGURA TOTAL: 1790 MM ALTURA TOTAL: 1.230MM PESO: 63 KG GARANTIA: 12 MESES VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$: VALOR GLOBAL R\$:	UN	02					
1	6350.004.0029 (ID - 155850)	LOTE XI – CONES DE SINALIZAÇÃO CONE BALIZADOR VERDE: COMPOSTO DE DUAS PEÇAS (BALIZADOR E BASE). ALTURA: 1,05 METRO. PESO APROXIMADO: 5 KG FINALIDADE: USO EM ESTACIONAMENTO E PARA ORIENTAÇÃO DE TRAFEGO DE VEÍCULOS E PEDESTRES. ESPECIFICAÇÕES DA PARTE SUPERIOR (BALIZA): NO MÍNIMO 02 FAIXAS REFLETIVAS NA COR PRATA NA, COM NO MÍNIMO 10 CM CADA. ALÇA SUPERIOR COM FURO PARA FIXAÇÃO DE DISPOSITIVO ACESSÓRIO TIPO SINALIZADOR LUMINOSO INTERMITENTE. ESPECIFICAÇÕES DA PARTE INFERIOR (BASE): BASE OCTAGONAL COM 8 LADOS COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 33CM EM 4 DOS LADOS E DE 8CM OUTROS 4. A DISTÂNCIA ENTRE O MAIOR LADO E SEU OPOSTO DEVERÁ SER DE NO MÍNIMO 44CM VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	UN	12					




DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2	6350.004.0028 (ID - 155844)	CONE FLEXIBILIDADE DE BORRACHA - NÃO QUEBRA E MANTÉM SUA FORMA. COR VERDE COM 2 FAIXAS REFLETIVAS NA COR BRANCA DE ALTA REFLETIVIDADE COM NO MÍNIMO 10 CM DE LARGURA. ALTURA DE 75 CM E BASE DE 40 X 40 CM 8 SAPATAS ABAIXO DA BASE, PARA POSSIBILITAR O FLUXO DE ÁGUA. 3 KG DE PESO MÍNIMO. VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$: VALOR GLOBAL R\$:	UN	45						
1	7195.017.0002 (ID - 61760)	LOTE XII – PEDESTAL ORGANIZADOR DE FILA ESPECIFICAÇÕES: ALTURA: 96 CM TUBO: 3. POLEGADAS BASE: 35 CM PESO: 11 KG ACABAMENTO: CROMADO, PEDESTAL E BASE COM O MESMO ACABAMENTO. FITAS: PRETA E PERSONALIZADA COM: DPRJ. COMPRIMENTO TOTAL DA FITA: 2 METROS; LARGURA DA FITA: 5 CM. CENTRÍFUGA DE FREIO NA GAVETA, O QUE EVITA ACIDENTES, PRINCIPALMENTE COM CRIANÇAS; TRAVA DE SEGURANÇA. CENTRÍFUGA DE FREIO NA GAVETA, O QUE EVITA ACIDENTES, PRINCIPALMENTE COM CRIANÇAS; TRAVA DE SEGURANÇA E FACILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DO CARRETEL. VALOR UNITÁRIO R\$ VALOR TOTAL R\$: VALOR GLOBAL R\$: OBS.: O detalhamento completo encontra-se discriminado no Termo de Referência (anexo I) deste Edital.	UN	24						
OBSERVAÇÕES 1ª - A PROPOSTA DETALHE deverá: - ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras; - conter os preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais; 2ª - O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA – DETALHE, a cumprir os termos nela contidos. 3ª - As Duas primeiras vias da PROPOSTA - DETALHE deverão ser devolvidas a este ÓRGÃO, até à hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação do seu número e data do encerramento. 4ª - A licitação mediante PROPSTA - DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.			Prazo de entrega: De acordo com o Termo de Referência Validade da Proposta - Detalhe: preços válidos por 60 (sessenta) dias úteis. Local de entrega/execução: conforme o Termo de Referência. Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente. Em _____ / _____ / _____. FIRMA PROPOENTE							
DATA / /			FIRMA PROPOENTE – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL							



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ITEM		NÚMERO DE ESTOQUE	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	PREÇO	
						UNIT.	TOTAL
			SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL PROPOSTA DETALHE	ANEXO II Licitação por Pregão Eletrônico nº 028/2019 A Realizar-se: 15/10/2019 às 14 horas Requisição nº.PAMs 0031, 0032, 0033, 0034, 0035, 0036, 0037, 0038, 0039/2019 Processo nº. E-20/001.010386/2018			
A firma ao lado mencionada propõe fornecer à DPRJ , pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constante do EDITAL nº. 028/2019			CARIMBO DA FIRMA				
<u>DADOS BANCÁRIOS</u> <u>/LICITANTE:</u> <u>Banco (Nome/Número)</u> <u>Aq. (Nome/número)</u> <u>Conta Corrente nº:</u> <u>INFORMAÇÕES PARA</u> <u>FATURAMENTO:</u> <u>DEFENSORIA PÚBLICA DO</u> <u>ESTADO DO RIO DE</u> <u>JANEIRO – DPRJ</u> <u>CNPJ: 31.443.526/0001-70</u> <u>INSC.ESTADUAL: ISENTO</u> <u>END: Av. Marechal Câmara,</u> <u>314 – Centro/RJ.</u>							
OBSERVAÇÕES 1ª - A PROPOSTA DETALHE deverá: - ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras; - conter os preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais; - ser datada e assinada pelo gerente ou seu procurador. 2ª - O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA – DETALHE, a cumprir os termos nela contidos. 3ª - As Duas primeiras vias da PROPOSTA - DETALHE deverão ser devolvidas a este ÓRGÃO, até à hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação do seu número e data do encerramento. 4ª - A licitação mediante PROPSTA - DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.			Prazo para execução: Conforme ANEXO I. Validade da Proposta - Detalhe: preços válidos por 60 (sessenta) dias úteis. Local para execução: Conforme Edital e ANEXO I. Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente. Em: / /				
DATA / /			FIRMA PROPOENTE – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL				



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. /2019

**REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS
PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 028/2019**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, QUE FIRMAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DPRJ, E O FORNECEDOR ABAIXO INDICADO.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, inscrita no CNPJ sob o nº 31.443.526/0001-70, com sede na Av. Marechal Câmara 314, Centro, Rio de Janeiro - RJ, doravante denominada **DPRJ**, representada neste ato pela Secretário de Infraestrutura, **DR. ALEXANDRE DE CARVALHO RODRIGUES ROMO**, e a sociedade empresária _____ situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____, Cidade _____, lavram a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na forma do disposto no processo administrativo nº **E-20/001.010386/2018**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 do Decreto Estadual nº 44.857, de 27 de junho de 2014, da Lei Estadual n.º 287, de 4 de dezembro de 1979, do Decreto Estadual n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, do instrumento convocatório, aplicando-se a este instrumento suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual **aquisição de ferramentas e equipamentos**, conforme as especificações contidas no Edital de Pregão; Termo de Referência - Anexo I do Edital e a Proposta de Preços - Anexo II do Edital, assim como as informações reunidas no Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso de fornecimento, para futura contratação, nos termos definidos no Anexo I - Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro: A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade da **DPRJ** e de acordo com o quantitativo indicado na cláusula quarta, **com exceção da quantidade mínima prevista no Termo de Referência (Anexo I do Edital) que será necessariamente adquirida.**

Parágrafo Segundo: A lavratura desta Ata de Registro de Preços não obriga a contratação dos itens registrados, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto da contratação, sendo assegurada preferência ao **FORNECEDOR** registrado em igualdade de condições, assim como ao **FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA**, na forma da cláusula décima quinta.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Parágrafo Terceiro: A Ata de Registro de Preços, com a indicação do preço registrado e dos fornecedores, será divulgada no Portal de Compras do Estado e na página eletrônica da DPRJ e ficará disponibilizada durante a sua vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS LOCAIS DE ENTREGA

Os locais de entrega dos bens objeto do registro de preços estão listados no Anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUARTA: DO QUANTITATIVO

São as seguintes as quantidades estimadas para a contratação, conforme descrição no Termo de Referência - Anexo I do Edital e reunidas no Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.

a) previsão de aquisição pela **DPRJ**: Conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital.

Parágrafo Primeiro: As quantidades dos itens indicadas na alínea “a”, do *caput* desta cláusula, são meramente estimativas e não implicam em obrigatoriedade de contratação pela **DPRJ** durante a vigência da Ata de Registro de Preços

Parágrafo Segundo: Não obstante a estimativa da previsão de aquisição descrita na alínea “a”, do *caput* desta cláusula, serão necessariamente adquiridas, ao longo da validade da Ata de Registro de Preços, pela **DPRJ**, as quantidades mínimas estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I, do Edital.

Parágrafo Terceiro: É vedada a realização de acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO DE ENTREGA

A entrega dos bens deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da Nota de Empenho emitida pela **DPRJ**.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO

O preço unitário de cada item registrado é o constante da proposta vencedora da licitação, cujos valores estão reunidos no Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Primeiro: O preço unitário de cada item engloba todas as despesas relativas ao objeto da ata, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais, financeiras, frete, transporte e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

Parágrafo Segundo: O objeto da aquisição deverá estar coberto por garantia total sobre quaisquer defeitos de fabricação.

Parágrafo Terceiro: Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

serviços ou materiais registrados, cabendo a **DPRJ** promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo Quarto: Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a **DPRJ** convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Parágrafo Quinto: A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Parágrafo Sexto: Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o **FORNECEDOR**, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir o compromisso, a **DPRJ** poderá:

- a) liberar o **FORNECEDOR** do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) convocar os **FORNECEDORES DO CADASTRO DE RESERVA**, mencionados na cláusula décima quinta, para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Sétimo: Não havendo êxito nas negociações, a **DPRJ** deverá proceder à revogação, parcial ou integral, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SETIMA: DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato deste instrumento no D.O.

CLÁUSULA OITAVA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários para as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão por conta:

PROGRAMA DE TRABALHO: 1101.03.092.0050.5467

NATUREZA DA DESPESA: 339030

FONTE: 100

CLÁUSULA NONA: CONTRATAÇÃO PELA DPRJ

Compete à **DPRJ** promover as ações necessárias para as suas próprias contratações, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Primeiro: A contratação realizada pela **DPRJ** será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo Segundo: A **DPRJ** deverá verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor e proceder à consulta ao Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA e ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, do Portal



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Transparência da Controladoria Geral da União, para constatar a inexistência de penalidade cujo efeito ainda vigore.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA

Executada a ata, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

Parágrafo Primeiro: As condições de fornecimento devem ser executadas fielmente, de acordo com os termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência - Anexo I do Edital e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial do objeto contratual.

Parágrafo Segundo: A execução da ata será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da **DPRJ** especialmente designado(s) conforme ato de nomeação.

Parágrafo Terceiro: O objeto da ata será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pelos representantes mencionados no parágrafo segundo, em até 05 (cinco) dias úteis, após a entrega do bem/produto;
- b) definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 08 (oito) dias úteis, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Quarto: O recebimento provisório ou definitivo do objeto da ata não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução da ata.

Parágrafo Quinto: Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo do órgão da **DPRJ**, na forma do disposto no parágrafo 3º. do art. 77 do Decreto nº 3.149/1980.

Parágrafo Sexto: Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do Edital e do Termo de Referência - Anexo I do Edital, serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização da ata, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato ao Secretário de Infraestrutura, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Sétimo: O fornecedor declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Oitavo: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade do fornecedor, nem o exime de manter fiscalização própria.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados pela **DPRJ**, de acordo com as contratações realizadas, que considere a quantidade e valor dos itens adquiridos.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será realizado à vista, de acordo com a quantidade demandada no período.

Parágrafo Segundo: Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente do **BRADESCO** (instituição financeira contratada pela **DPRJ**) cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura da ata.

Parágrafo Terceiro: No caso de o **FORNECEDOR** estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pela **DPRJ** ou caso verificada pelo **DPRJ** a impossibilidade de o **FORNECEDOR**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pela **DPRJ**, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo **FORNECEDOR**.

Parágrafo Quarto: O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

Parágrafo Quinto: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s)

Parágrafo Sexto: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do **FORNECEDOR**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sétimo: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **DPRJ**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

Parágrafo Oitavo: O **FORNECEDOR** deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, e “e”, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA DPRJ

Constituem obrigações da **DPRJ**:

a) efetuar os pagamentos devidos ao Fornecedor, de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Pregão; Termo de Referência - Anexo I do Edital; Formulário de Proposta de Preços - Anexo II do Edital e Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços;



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- b) entregar ao Fornecedor documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente ata;
- c) exercer a fiscalização da execução do objeto;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto, nas formas definidas no edital e na ata, se houver.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Constituem obrigações do Fornecedor:

- a) entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Pregão; Termo de Referência - Anexo I do Edital; Formulário de Proposta de Preços - Anexo II do Edital e Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços;
- b) entregar o objeto da ata sem qualquer ônus para a **DPRJ**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto da ata;
- d) comunicar ao Fiscal da ata, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto da ata em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **DPRJ** ou terceiros.

Parágrafo Único: Não será admitida justificativa de atraso no fornecimento dos produtos adquiridos que tenha como fundamento o não cumprimento da sua entrega pelos fornecedores do licitante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESPONSABILIDADE

O Fornecedor é responsável por danos causados ao órgão contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução da ata, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CADASTRO DE RESERVA

Fazem parte do Cadastro de Reserva os fornecedores que aceitaram reduzir, na licitação, seus preços ao valor da proposta mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, conforme informações reunidas no Cadastro de Reserva – Anexo II desta ata.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Parágrafo Primeiro: Estão registrados na Ata de Registro de Preços, após o registro dos preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva, ora designado **FORNECEDOR**, os preços e quantitativos dos que tiverem aceitado cotar o objeto em valor igual aquele, ora designado **FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA**, segundo os critérios do Edital.

Parágrafo Segundo: A ordem de classificação dos registrados na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo a **DPRJ** realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

Parágrafo Terceiro: O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do **FORNECEDOR** na Ata de Registro de Preços, nas seguintes ocorrências:

a) cancelamento do registro do **FORNECEDOR**, quando este descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

b) cancelamento do registro de preços, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado, causado por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor será cancelado quando:

a) forem descumpridas as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não for retirada a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

c) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

Parágrafo único: O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” do *caput* será formalizado por despacho da **DPRJ**, assegurado o contraditório e a ampla e prévia defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA DECIMA OITAVA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o **FORNECEDOR**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública.
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro: O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não lavrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital, ata e das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo Terceiro: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

Parágrafo Quarto: A imposição das penalidades é de competência exclusiva da **DPRJ**.

Parágrafo Quinto: A advertência e a multa, previstas nas alíneas “a” e “b”, do *caput* da cláusula décima oitava, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

Parágrafo Sexto: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea “c”, do *caput* da cláusula décima oitava, será imposta pelo próprio Defensor Público Geral ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Defensor Público Geral.

Parágrafo Sétimo: A aplicação da sanção prevista na alínea “d”, do *caput* da cláusula décima oitava, é de competência exclusiva do Defensor Público Geral.

Parágrafo Oitavo: A multa administrativa, prevista na alínea “b”, do *caput* da cláusula décima oitava:



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- a) será graduável conforme a gravidade da infração, limitada ao percentual máximo de 10% (dez por cento) do valor da ata ou do empenho proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor da ata ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

Parágrafo Nono: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea “c”, do *caput* da cláusula décima oitava:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

Parágrafo Décimo: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea “d”, do *caput* da cláusula décima oitava, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição vigorarem ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o **FORNECEDOR** ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

Parágrafo Décimo Primeiro: A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Décimo Segundo: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o **FORNECEDOR** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da ata, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral da ata pelo **DPRJ** ou da aplicação das sanções administrativas.

Parágrafo Décimo Terceiro: Se o valor das multas previstas na alínea “b”, do *caput* da cláusula décima oitava e parágrafo décimo segundo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Décimo Quarto: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa da ata, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo Quinto: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, observando-se os seguintes preceitos:

- a) ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia;
- b) a intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa;
- c) a defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do *caput* da cláusula décima oitava, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea “d”, do mesmo dispositivo;
- d) será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pelo Secretário de Infraestrutura, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Sexto: A recusa injustificada do **FORNECEDOR** em assinar a ata dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total da ata, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

Parágrafo Décimo Sétimo: As penalidades previstas na cláusula décima oitava também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

Parágrafo Décimo Oitavo: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

Parágrafo Nono: Penalidades impostas aos licitantes serão registradas pela **DPRJ** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

Parágrafo Vigésimo: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas “c” e “d” do *caput* da cláusula décima oitava, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

O(s) fornecedor(es) registrado(s) deverá(o) manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas na licitação, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata de Registro de Preços que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, a presente é assinada eletronicamente pelas partes.

Rio de Janeiro, de de 2019.

ALEXANDRE DE CARVALHO RODRIGUES ROMO
Secretário de Infraestrutura
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Representante Legal do Fornecedor

Testemunhas:

1 - _____

CPF nº

2 - _____

CPF nº



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I (da ata de registro de preços)

CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ___/___
DPRJ:

OBJETO:

FORNECEDOR:

Lote/Item

ITEM	CÓDIGO	ID	BEM / MATERIAL /PRODUTO / ESPECIFICA ÇÃO / DESCRIÇÃO MARCA / MODELO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE E TOTAL REGISTRADA	QUANTIDADE TOTAL REGISTRADA	QUANTIDA DE MÍNIMA A SER ADQUIRIDA *	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANEXO II (da ata de registro de preços)
CADASTRO DE RESERVA

OBJETO:

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 1: empresa _____
situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF
sob o nº _____, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato
por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____,
Cidade _____;

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 2: empresa _____
situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF
sob o nº _____, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato
por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____,
Cidade _____;

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 3: empresa _____
situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF
sob o nº _____, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato
por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____,
Cidade _____;

Lote/Item

Fornecedor	Item



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO ART. 7º, XXXIII DA CF/88 PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº 028/2019, na Av. Marechal Câmara, 314 – 3º andar – Centro, Rio de Janeiro – RJ, que a empresa _____ (Nome Completo) – CNPJ nº _____, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, não possui em seu quadro funcional nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16 (dezesseis) anos, em obediência ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Local, _____ de _____ de _____

(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)

NOTA: Se for o caso, o licitante deverá declarar também que possui menores de 14 (catorze) anos em seu quadro funcional na categoria de aprendiz.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 33.925/2003 PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº 028/2019, na Av. Marechal Câmara, 314 – 3º andar – Centro, Rio de Janeiro – RJ, que a firma _____ (Nome Completo) – CNPJ nº _____, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende ao disposto no . Decreto Estadual nº 33.925/2003, apresentando um efetivo de _____ empregados

Local, _____ de _____ de _____

(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANEXO VI

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

.....(razão social do licitante)
inscrita no CNPJ nº., por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a.)
., portador(a) da Carteira de Identidade nº. e do CPF nº.
....., DECLARA, para fins do disposto no subitem 15.7.1 do Edital do Pregão Eletrônico N.º 028/2019, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....
(data)

.....
(representante legal)

OBS. Assinalar com um “X” a condição da empresa.

Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123/2006.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE
PROPOSTA
E-20/001.010386/2018

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE OU DO CONSÓRCIO), doravante denominado LICITANDO, para fins do disposto no **item 18.3** do **Edital n.º 028/2019** declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **E-20/001.010386/2018**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **E-20/001.010386/2018** por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** antes da abertura oficial das propostas e;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local, _____ de _____ de _____

(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

Local e data

À

Comissão de Pregão

a/c Sr.

Pregoeiro (a)

Referente ao Pregão Eletrônico **DPRJ** nº 028/2019,

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na(endereço completo) , neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is) com firmas reconhecidas) CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)